

TCE percorre o Estado para orientar gestores



▶ Auditoria Operacional propõe melhorias no Programa Saúde da Família

▶ História: Tribunal completa 80 anos em setembro

80 anos

Em 9 de setembro de 2015, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais completará 80 anos. Uma história marcada pela qualidade dos serviços prestados à sociedade, sempre de forma eficiente e transparente.

TCEMG 80 anos. A história de um novo tempo.



Editorial

A orientação técnica e os 80 anos do Tribunal

O Tribunal de Contas de Minas Gerais reservou os meses de junho e julho para cumprir mais uma importante etapa de sua função pedagógica: a realização de palestras técnicas fora de Belo Horizonte, diretamente no interior do Estado. Foram seis encontros regionais realizados em Juiz de Fora, Itajubá, Montes Claros, Governador Valadares, Uberlândia e Nova Serrana.

Sob o título de *Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2015*, e tendo como público-alvo os agentes políticos e os servidores técnicos dos órgãos públicos de Minas Gerais, a Corte de Contas dá continuidade ao projeto do Presidente Sebastião Helvecio – também defendido por antecessores – de valorizar a orientação técnica para obter melhores resultados na gestão do Poder Público e também na apresentação das contas ao órgão responsável pelo controle externo.

O *Encontro Técnico* é o segundo evento de idênticos objetivos da gestão que se iniciou em fevereiro deste 2015. O outro foi realizado em maio, a *III Conferência de Controle Externo do TCEMG*, em Belo Horizonte, que recebeu um público recorde, num resultado muito comemorado pelo Presidente e por sua assessoria. Como também viria a acontecer nas etapas interioranas do *Encontro*, foi grande a participação da mídia através de reportagens e entrevistas, ajudando bastante na divulgação.

A atividade pedagógica certamente não é a prioridade – a Constituição Mineira valoriza bastante a fiscalização ao longo de vários artigos, parágrafos, alíneas e incisos –, mas é um importante fator de prevenção de erros que podem levar à perda do dinheiro público. E representa uma mudança na história da Corte de Contas, que sempre primou pela fiscalização *a posteriori*.

E a história do Tribunal está prestes a completar 80 anos, o que acontecerá em setembro de 2015. De atuação concreta foram aproximadamente 71 anos, pois o Estado Novo de Getúlio Vargas – avesso ao controle externo, como todas as ditaduras – o extinguiu em 1939 e a restauração só ocorreu em 1948, com a volta do regime democrático. Esta edição do informativo *Contas de Minas* publica alguns tópicos dessa história.

O TCEMG já está preparando algumas atividades para festejar o simbólico número de 80 anos referente ao seu aniversário. Espera-se a efetiva participação dos seus servidores para valorizar e ajudar a divulgar a sua importância social: é o principal órgão responsável pelo controle externo do dinheiro público nos âmbitos estadual e municipal.

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Presidente

Conselheiro Sebastião Helvecio Ramos de Castro

Vice-Presidente

Conselheiro Cláudio Couto Terrão

Corregedor

Conselheiro Mauri José Torres Duarte

Conselheiros

Wanderley Geraldo de Ávila
Adriene Barbosa de Faria Andrade
José Alves Viana (Ouvidor)
Gilberto Pinto Monteiro Diniz

Conselheiros Substitutos

Licurgo Joseph Mourão de Oliveira
Hamilton Antônio Coelho

Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

Procurador-Geral

Daniel de Carvalho Guimarães

Subprocuradora-Geral

Elke Andrade Soares de Moura Silva

Procuradores

Maria Cecília Mendes Borges
Glaydson Santo Soprani Massaria
Sara Meinberg Schmidt Andrade Duarte
Marcílio Barenco Correa de Mello
Cristina Andrade Melo

Chefe de Gabinete do Presidente

Ronaldo Jayme Machado

Chefe de Gabinete da Presidência

Roberto de Mello Saada

Diretora-Geral

Raquel de Oliveira Miranda Simões

Expediente



Diretoria de Comunicação do

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Diretor

Lúcio Braga Guimarães
Jorn. Mtb n. 3422 - DRT/MG

Editor Responsável

Luiz Cláudio Diniz Mendes
Jorn. Mtb n. 0473 - DRT/MG

Redação

Frederico Nicola La Rocca
João Manuel Lopes de Cerqueira
Karina Camargos Coutinho
Márcio de Ávila Rodrigues
Raquel Campolina Moraes
Thiago Rios Gomes

Revisão

Márcio de Ávila Rodrigues

Projeto Gráfico

Coordenadoria de Publicidade e Marketing Institucional

Diagramação

Márcio Wander Moura Ferreira
MG-00185 DG - DRT/MG

Fotos

Arquivo TCEMG

Impressão

Rona Editora

Tiragem

4.000 exemplares

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Av. Raja Gabáglia, 1.315 - CEP: 30380-435
Luxemburgo - Belo Horizonte/MG
Fones: (31) 3348-2147 / 3348-2177 - Fax: (31) 3348-2253
e-mail: tcemg@tce.mg.gov.br - Site: www.tce.mg.gov.br

Índice

- 6 **ENTREVISTA**
 - Uma escola de governo para o povo
- 8 **Tribunal percorre Minas para orientar gestores e servidores municipais**
 - Presidente defendeu mão forte no combate à corrupção na abertura em Juiz de Fora
- 10 **Sebastião Helvecio afirma que a má gestão é uma apropriação indevida do futuro**
- 11 **Ouvidor defende prevenção de irregularidades nas contas públicas**
- 12 **Governador Valadares recebeu encontro dos municípios dos vales mineiros**
- 14 **Imprensa de Minas Gerais repercute Encontro Técnico do TCEMG**
- 15 **NOTÍCIAS DO PLENO**
 - Controle interno não está obrigado a analisar todos os processos licitatórios
- 16 **PANORAMA - DECISÕES DAS CÂMARAS**
 - 1ª Câmara determina devolução aos cofres públicos em Paracatu e Diamantina
 - Suspenso pregão presencial em Araxá
 - 2ª Câmara multa por contratação irregular de Enfermeiro para o Programa Saúde da Família
 - Gestão dos restaurantes populares de BH é considerada irregular
- 18 **Auditoria Operacional - TCE recomenda melhorias no Programa Saúde da Família**
- 20 **Ao longo da história**
- 22 **Página do TCEMG no Facebook atinge cinco mil seguidores**
 - Comunicação com a sociedade - Presidente anuncia novidades do "Fale com o TCE"
- 23 **Ponto de Expressão - Novo Marco Regulatório do Terceiro Setor foi tema de debate no evento**
 - Presidente destaca fiscalização com inteligência em entrevista concedida ao jornal Hoje em Dia
- 24 **EXTRAPAUTA**
 - TCEMG participa de reunião técnica da Asul no Rio de Janeiro
 - Nova Contabilidade Pública é tema de fórum em Belo Horizonte
 - Servidores acompanham audiência sobre as contas da PBH
 - Conselheiro Wanderley Ávila recebe medalha da Defensoria Pública
 - Procurador-Geral do MP de Contas é agraciado com a medalha Alferes Tiradentes
 - Conselheira apresenta resultados da Conferência Internacional do Trabalho
 - Presidente e Ouvidor são condecorados com o Troféu Tancredo Neves

Entrevista

Uma escola de governo para o povo

Entre uma palestra e outra de uma etapa do *Encontro Técnico TCEMG e os Municípios*, realizada recentemente em Governador Valadares, a diretora da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, Natália Raquel Ribeiro Araújo, foi entrevistada pelo Contas de Minas. Ao mesmo tempo em que supervisionava a execução do evento, a diretora falou de suas ideias acerca das escolas de contas no contexto da atualidade. Em sintonia com a alta direção de outras conceituadas escolas de governo, Natália demonstrou como a atuação da escola do TCE colabora para o desenvolvimento democrático e para a qualidade das gestões públicas.

Qual a diferença de uma escola de governo para os outros tipos de escolas?

A primeira diferença é que ela é uma escola profissionalizante. Isso traz algum preconceito porque, infelizmente, a gente vive numa sociedade em que a educação para a ação leva a pecha discriminatória dos trabalhos braçais, por uma questão histórica, de uma sociedade patrimonialista e escravagista. Razões que acabaram legando ao ensino profissionalizante uma categoria, para os pouco entendidos, de inferioridade. Isso não é verdade. Ao contrário, ele desfruta tanto na Lei de Diretrizes e Bases da educação quanto na literatura pedagógica, de forma geral, um posto de avançada categoria. Isso acontece porque consegue fazer aquilo que Paulo Freire fala: a educação em ação. O homem, no seu ambiente, com suas referências, aprendendo e incorporando os conhecimentos, de acordo com o seu meio. O ambiente profissionalizante, ao contrário do que muitos podem pensar, é um espaço extremamente rico para quem se dedica a pensar o conhecimento não só como uma via de mão única, mas o conhecimento da troca, da incorporação de valores, da absorção da reflexão e do retorno para a sociedade e para o ambiente de trabalho.

Este ambiente profissionalizante é útil para a realidade dos tribunais de contas?

Sim, por ser um ensino muito dinâmico, justamente porque

“

Fomentar o controle social é uma atividade das escolas de contas dos tribunais de contas, além de capacitar o servidor e capacitar o jurisdicionado.

”

as atividades profissionais mudam o tempo todo. Num tribunal de contas este desafio é enorme. Temos engenheiros, contadores, administradores, advogados. Temos os oficiais de controle externo, que têm demandas próprias de conhecimento e de formação. Temos ainda as demandas gerenciais da Casa. É um universo muito grande de saberes e de atividades. Contamos com a vantagem de não trazer um conhecimento pronto, como existe, por exemplo, em uma graduação tradicional. Pelo contrário, o tempo todo podemos “dialogar” com aquilo que fazemos os nossos servidores no ambiente de trabalho, tentando fazer esta mistura, esta interface entre o ambiente profissional e o ambiente acadêmico. Essa zona cinzenta, que a gente frequenta o tempo todo e que nos desperta muita vontade de aprimorar sempre. E nunca está pronto. Imagino que, ao coordenar um curso de graduação, em algum momento se estabilizam os conceitos, as diretrizes daquele currículo. Isso não acontece numa escola de governo.

Para que as escolas de governo foram criadas?

O primeiro objetivo das escolas é impulsionar a instituição a que estão vinculadas. A Constituição Federal sagrou o concurso público como a via praticamente exclusiva de acesso ao serviço público, nos seus quadros e carreiras. Ela imaginou, de forma muito inteligente, que seriam necessárias escolas governamentais para que os servidores, tornados estáveis, tivessem acesso ao ensino continuado, nas suas diversas modalidades. A escola de governo pode oferecer graduação para o servidor que entra com o segundo grau. Pode oferecer pós-graduação *lato sensu*, como a gente já oferece. Pode oferecer mestrado e doutorado. Não há limites. O que existe é um dever constitucional de que essas escolas aconteçam. Infelizmente, a notícia que temos no nosso país é que elas ainda não passam de 50. Isso é muito pouco, se considerado que todo órgão, assim diz a Carta Magna, deveria ter a sua escola. Não necessariamente formalizada, com pós-graduação, como a do TCEMG, que já tem 20 anos e um quadro largo de servidores a capacitar. Mas ainda que só trabalhando com cursos modulados, pequenos, mas cumprindo este objetivo de capacitar o servidor para que ele não fique desestimulado a crescer. É uma pena que isso não aconteça.

E as escolas de contas, elas possuem desafios específicos?

Cada escola de governo tem sua dificuldade, sua vocação específica. No caso das escolas dos tribunais, vemos um desafio para os seus gestores: além de promoverem a reciclagem do próprio corpo técnico das suas instituições, o que já seria um desafio por si só, é dado a essas escolas apoiarem também a atividade de controle. Isso é feito levando aos jurisdicionados, aqueles que são fiscalizados pelos tribunais de contas, a capacitação necessária, tanto para que compreendam as normas de trato interno do próprio tribunal, normas sob as quais essas instituições serão fiscalizadas, quanto para que saibam sobre as leis vigentes no país que serão utilizadas neste processo de fiscalização. Essa missão acontece não porque os tribunais são bonzinhos. Trata-se de um processo de racionalização do próprio controle. O nosso tribunal fiscaliza 120 bilhões de reais por ano, distribuídos por aproximadamente 3.500 CNPJs, que estão o tempo todo contratando serviços, lançando editais de licitação, construindo obras, reformando, conveniando-se com associações sem fins lucrativos. Enfim, há uma dinâmica muito grande neste fluxo de recursos, que torna a fiscalização extremamente complexa. As escolas entram neste processo como veículo para minorar aquelas falhas que são devidas à desinformação, fazendo com que o controle se refine nas questões realmente de impacto para a sociedade. Até porque, se o auditor ficar o tempo todo auditando desconformidades de todos os microprocessos que acontecem neste fluxo, os tribunais iam se atolar absurdamente nesta fiscalização, que é muito pouco produtiva do ponto de vista de um resultado para a sociedade. Então as escolas acabam recebendo a incumbência de informar para liberar o controle para fiscalizar aquilo que realmente vai retornar em benefício para a sociedade, em fiscalizações mais assertivas, mais dirigidas.

O valor da capacitação da administração pública é percebido pelos cidadãos?

A desinformação sobre o controle é uma característica da nossa democracia recente. Talvez isso se justifique pelo período tão pequeno de democracia, de experiência cidadã, de ativismo cidadão. Percebemos que o cidadão pouco conhece sobre a atividade do controle e isso é muito ruim para o Tribunal. Como o universo a ser fiscalizado é muito vasto, é difícil

“

As escolas têm a incumbência de informar o jurisdicionado para liberar o Controle para fiscalizar aquilo que realmente vai retornar em benefício para a sociedade, em fiscalizações mais assertivas, mais dirigidas.

”

fazer isso lá da nossa sede em Belo Horizonte devido às dificuldades de deslocamento, às dificuldades de pessoal. Enfim, é muito difícil dar conta deste universo inteiro sem contar com a participação do cidadão, que é aquele que acompanha a obra no dia a dia da sua execução. Acompanha a construção de uma creche porque passa em frente à obra todos os dias, quando vai para o trabalho. Por mais que o Tribunal busque estar ali, e ali significa todas as obras que estão acontecendo no Estado de Minas Gerais, por mais que o Tribunal tenha este auditor que vá a campo e acompanhe esta obra, o olhar dele é diferente do olhar daquele que passa ali todos os dias, com o conhecimento da necessidade ou não daquela obra, com o conhecimento de que a obra fica parada 15 dias sem uma justificativa, ou com a percepção que ela se acelera de uma forma desarrazoada. São coisas que o cidadão consegue ver e a gente não consegue da nossa sede. Então, é muito importante também o uso da Escola para veicular informações sobre o controle de forma a empoderar a sociedade civil para que ela exerça o controle social. Fomentar o controle social é uma terceira atividade das escolas dos tribunais de contas, além de capacitar o servidor e capacitar o jurisdicionado.



Tribunal percorre Minas para orientar gestores e servidores municipais

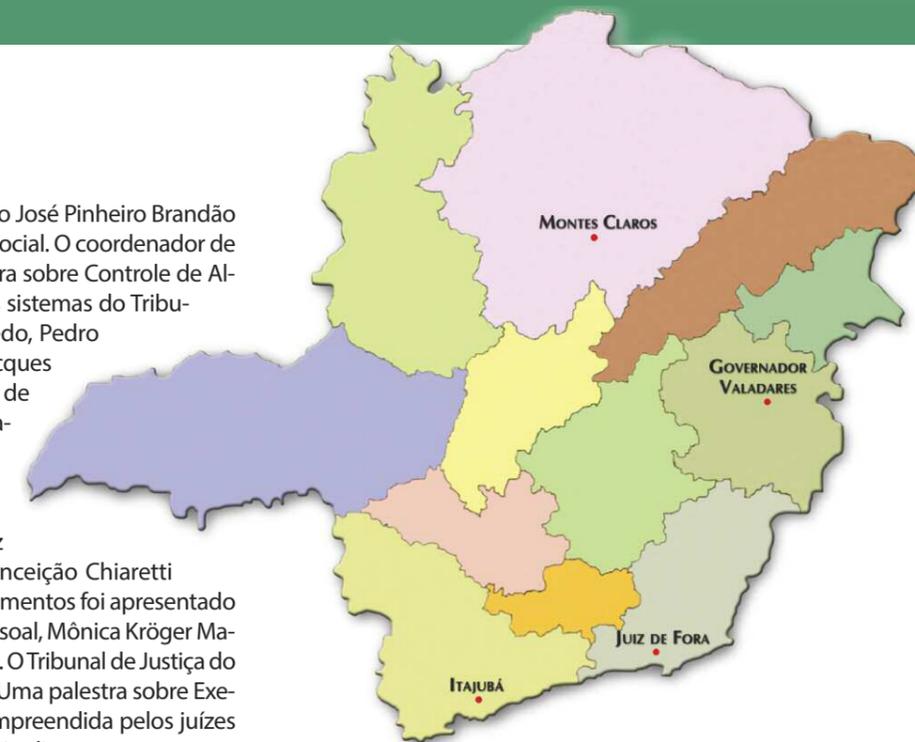
Junho não trouxe apenas o frio e o ar seco ao povo mineiro. Por aeroportos e estradas do Estado, uma equipe técnica do Tribunal de Contas deixou a rotina na capital para encontrar a realidade das pessoas que atuam nos órgãos e entidades fiscalizadas. Oito regiões foram percorridas, em menos de um mês, com sua diversidade de sotaques e cenários. Foi assim que cerca de 1.200 gestores e servidores dos municípios mineiros participaram do *Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2015*. Com o tema Tribunal de Contas e a Sociedade, o evento foi realizado em Juiz de Fora, Itajubá, Montes Claros e Governador Valadares, cidades que concentraram participantes de centenas de outros municípios de suas regiões. Outras duas etapas estão previstas para Uberlândia (7 e 8 de julho) e Nova Serrana (14 e 15 de julho).

Com isso, todas as regiões mineiras serão visitadas.

O objetivo do Tribunal de Contas do Estado, ao realizar anualmente os encontros regionais, é contribuir com a gestão pública por meio da capacitação de agentes que atuam nos 853 municípios mineiros. Participam autoridades municipais, gestores, servidores, conselheiros de políticas públicas e colaboradores de entidades particulares sem fins lucrativos.

Foram realizadas oito palestras em cada etapa do encontro, enfocando as relações do sistema de controle externo e a sociedade. O tema Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSC) foi abordado pelo analista de controle externo Henrique Lima Quites. A diretora de controle interno, Délia Mara Villani Monteiro, falou sobre a Importância do Controle Interno para a Quali-

dade da Gestão. O também analista Gastão José Pinheiro Brandão apresentou o tema Ouvidoria e Controle Social. O coordenador de compras, Délio Cássio Marques, fez palestra sobre Controle de Almojarifado e Patrimônio e apresentou os sistemas do Tribunal. Os analistas Paulo Henrique Figueiredo, Pedro Henrique Magalhães Azevedo e Nájila Jacques Ferreira enfocaram o tema Planejamento de Compras e Falhas Comuns pela Falta de Planejamento. O tema Geo-Obras como Instrumento de Acompanhamento da Execução de Obras teve como palestrantes o diretor de engenharia e perícia Luiz Henrique Starling e a analista Valéria Conceição Chiaretti Ferro. Já o tema Controle da Folha de Pagamentos foi apresentado pela diretora de fiscalização de atos de pessoal, Mônica Kröger Magalhães, e pela analista Ana Elisa de Oliveira. O Tribunal de Justiça do Estado é parceiro do TCEMG nos eventos. Uma palestra sobre Execuções Fiscais no Âmbito Municipal foi empreendida pelos juízes de Direito Carlos Donizetti e Renato César Jardim.



Presidente defendeu mão forte no combate à corrupção na abertura em Juiz de Fora

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Conselheiro Sebastião Helvecio, abriu no dia 09 de junho, em Juiz de Fora, o "Encontro Técnico do Tribunal de Contas e a Sociedade" com um discurso austero sobre o combate à corrupção, em favor do desenvolvimento do país e dos municípios mineiros. Sebastião Helvecio explicou que "a função do TCEMG, na sua essência, é melhorar a gestão pública para que a sociedade, as pessoas e os cidadãos possam se beneficiar da administração pública".

De acordo com o Presidente, não se pode conseguir desenvolvimento quando o recurso público é utilizado de duas formas danosas: "com a corrupção, que temos de enfrentar diariamente, ou com a sua aplicação de forma ineficiente, sem que traga vantagem para a sociedade. O Tribunal de Contas tem a mão forte para combater a corrupção, com ferramentas muito importantes de tecnologia da informação e de malhas de cruzamento de dados, com o propósito de que nenhum administrador público deva se atrever a cometer um ato ilícito pois as nossas ferramentas irão apontá-lo", alertou o Conselheiro.

Por outro lado, Sebastião Helvecio explicou ao público composto por prefeitos, vereadores, outros gestores públicos, servidores municipais e dirigentes de Organizações da Sociedade Civil, de 200 municípios da Zona da Mata e outras regiões do Estado, que, "além da mão forte, é necessário também exercitar a mão da pedagogia, do conhecimento".

Para o Conselheiro, é nesse sentido que o Encontro Técnico levou aos seus mais de 300 participantes dois temas vitais,

sendo que o primeiro foi a importância dos controles internos nas administrações públicas. "O controle interno é o grande parceiro do Tribunal de Contas. É importante que os administradores entendam que um bom controle interno os protege de algum equívoco que talvez eles não enxerguem, mas que é de responsabilidade deles."

O segundo tema de importância fundamental, segundo o Presidente, foi a transferência dos recursos públicos para as Organizações da Sociedade Civil (OSC) – antigas Organizações não Governamentais – que somam mais de 112 mil entidades no Brasil, mais de 22 mil em Minas Gerais e mais de duas mil em Juiz de Fora. Sebastião Helvecio esclareceu que, com a nova legislação, aprovada no ano passado e que entra em vigor no mês que vem,



O auditório da Fiemg em Juiz de Fora ficou lotado durante o Encontro Técnico O Tribunal de Contas e a Sociedade

"teremos que verificar não só a conformidade, o aspecto formal, do convênio entre essas entidades e o Poder Público, mas também conferir se aplicação daquele recurso foi realizada para melhorar os indicadores que influenciam a vida das pessoas".

Negócio de bilhões

De acordo com o Presidente Sebastião Helvecio, "o volume de recursos repassados às OSCs gira em torno de R\$ 53 bilhões. O Brasil gastou, no ano passado, R\$ 450 bilhões em compras públicas e esse valor tem que ser utilizado em favor do desenvolvimento". O Conselheiro apresentou outro dado que revela a importância do papel orientador do Tribunal. Ele informou que, após o trabalho pedagógico realizado em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio das Micro e Pequena Empresas (Sebrae) em 2013, o número de municípios mineiros que aplicavam a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas nas aquisições públicas saltou de pouco mais de 80 para mais de 500, elevando exponencialmente o desenvolvimento local nas regiões de Minas.

Outro trabalho que trouxe um resultado muito significativo foi a mudança na concepção da avaliação dos preços nas licitações, retirando do cálculo para a competição a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que no caso de Minas Gerais é maior do que em alguns outros estados da União. "Na forma anterior, a inclusão do ICMS restringia a competitividade das empresas mineiras. E somente essa alteração – considerar o preço puro da mercadoria ou do serviço - resultou num aumento de R\$ 1,4 bilhão na economia de Minas" – demonstrou Sebastião Helvecio.

Investimento

O prefeito de Juiz de Fora, Bruno Siqueira, parabenizou o Presidente Sebastião Helvecio por estar à frente do TCEMG sempre com as portas abertas aos municípios mineiros e, em especial, aos

municípios da Zona da Mata. "Agradecemos a oportunidade de poder dialogar, aprender, estar em sintonia com as orientações do Tribunal neste momento em que o país vive uma crise nacional, que impacta diretamente nos municípios com a queda brutal na arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios – FPM e dos Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS. E isso reflete nas nossas contas, no que temos a pagar e o que temos de compromisso com o cidadão" – argumentou.

O presidente da Associação da Microrregional do Rio Paraiíba e prefeito de Rio Preto, Agostinho Paiva, declarou que o Tribunal de Contas apareceu para orientar os municípios "num momento muito propício, em que crise política se instala no país e a sociedade anseia por gestão e serviço público de qualidade".

O presidente da Regional Zona da Mata da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Francisco Campolina, defendeu maior investimento na região e elogiou o trabalho do TCEMG na promoção do desenvolvimento dos municípios do Estado. Ele entregou ao Presidente Sebastião Helvecio um estudo realizado pela entidade denominado "Perspectivas de Desenvolvimento para a Zona da Mata". Campolina pediu ainda o apoio do dirigente do TCEMG para que atue junto às demais autoridades no sentido de trazer mais recursos para a região.

Compuseram, ainda, a mesa de honra, o gerente-regional do Sebrae em Juiz de Fora, João Roberto Marques Lobo, as diretoras-gerais do Legislativo de Juiz de Fora, Maria Aparecida Fontes, e do TCEMG, Raquel de Oliveira Miranda Simões. Os chefes de gabinete da Presidência do TCEMG, Ronaldo Machado e Roberto Saada, também prestigiaram o encontro. A diretora da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, Natália Araújo, coordenou os trabalhos e é a responsável pelo conteúdo técnico dos encontros que aconteceriam em mais cinco cidades de Minas, até o fim de julho.

Sebastião Helvecio afirma que a má gestão é uma apropriação indevida do futuro

A importância do conhecimento e da informação para prevenir consequências negativas foi o enfoque do Presidente do TCEMG, Sebastião Helvecio, no discurso de abertura da etapa de Itajubá do *Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2015*. Ele alertou que “a consequência inevitável da má gestão é a apropriação indevida do futuro”, pois os danos causados pelo administrador público causarão prejuízos que terão um custo adicional. Citou o exemplo dos regimes de previdência: “fundos mal administrados por gestores sem conhecimento da legislação e das técnicas da boa gestão podem fazer com que os servidores não consigam uma aposentadoria justa, por falta de recursos”, exemplificou.

O Conselheiro Presidente do TCE exaltou o papel orientador deste segundo Encontro Técnico e de sua importância como fonte de informações para o cumprimento das normas legais que devem ser seguidas pelos gestores públicos. “Encontros como este são importantes para tirar dúvidas, quebrar paradigmas e valorizar conhecimento”, ressaltou. Ele falou sobre a relevância dos temas escolhidos, especialmente o controle interno, uma “atividade administrativa que precisa receber mais atenção dos prefeitos mineiros”.

Um público de mais de 300 pessoas lotou o Anfiteatro Dr. Albert Sabin, da Faculdade de Medicina de Itajubá, para acompanhar a cerimônia de abertura e também a primeira palestra do evento, que teve como tema o Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSC). O Encontro recebeu 450 inscrições das 174 cidades que compõem as regiões sul e sudoeste de Minas Gerais e contou com a parceria da Câmara Municipal de Itajubá, por meio da Escola do Legislativo Professora Eraídes Rabelo.



A comitiva do TCE visitou a Câmara Municipal de Itajubá



Um público de mais de 300 pessoas lotou o Anfiteatro Dr. Albert Sabin, da Faculdade de Medicina de Itajubá

Mesa de autoridades

O TCE também foi representado na mesa de autoridades pelo Conselheiro Ouvidor José Alves Viana, que destacou a questão dos gastos municipais com a judicialização da área da saúde. O prefeito de Itajubá foi representado no evento pelo secretário municipal de finanças, Peter Luiz Pereira Rennó, que se aproveitou de um pequeno tropeção que deu ao subir a escada do palco para dizer que “eventos de orientação técnica evitam que pequenos tropeções se transformem em grandes problemas”. Também participaram da mesa o vereador Antônio Raimundo Santi (presidente da Câmara Municipal de Itajubá), Rodolfo de Souza Cardoso (diretor da Faculdade de Medicina de Itajubá) e Délia Mara Villani Monteiro (responsável pela controladoria Interna do TCEMG).

No horário de almoço, o Presidente Sebastião Helvecio fez uma visita à Câmara Municipal e também à Escola do Legislativo Professora Eraídes Rabelo. Na Câmara ele recebeu muitas explicações sobre o sistema de gravação de sessões que é realizado por uma equipe técnica e disponibilizado ao cidadão pela internet. Na Escola do Legislativo ele conheceu o trabalho de recuperação de livros de ata antigos e ganhou um exemplar dos dois primeiros volumes de um livro sobre o memorial da Câmara, entregues pela Diretora da Escola, Rita de Cássia Almeida. Fizeram parte de sua comitiva o chefe de gabinete do presidente, Ronaldo Jayme Machado, e a diretora da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, Natália Raquel Ribeiro Araújo.

Ouvidor defende prevenção de irregularidades nas contas públicas

“Vacinar é o melhor remédio para evitar as irregularidades na administração pública”. A receita é do Conselheiro Ouvidor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), José Alves Viana, que fez a abertura oficial da terceira etapa do Encontro Técnico “O Tribunal de Contas e a Sociedade”, no dia 23 de junho, em Montes Claros. O Ouvidor representou o Presidente do TCEMG, Conselheiro Sebastião Helvecio. O evento, realizado em dois dias na sede da Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudeste (Amams), reuniu cerca de 300 participantes, entre prefeitos, presidentes de câmara, vereadores, outros gestores públicos, servidores municipais e representantes das organizações da sociedade civil (OSC), de mais de 100 municípios do Norte de Minas e Noroeste de Minas.

Para José Alves Viana – que também é médico pediatra – assim como na saúde é preciso trabalhar de forma preventiva também na fiscalização das contas públicas. “A vacina custa bem mais barato do que o tratamento. Nós do Tribunal e vocês dos municípios vamos também trabalhar nessa lógica, buscando a prevenção. E nada é mais efetivo do que investir no conhecimento” – definiu.

Ao falar da importância do Encontro Técnico e da disposição do Tribunal de sair de sua sede, em Belo Horizonte, para ir ao encontro dos municípios de Minas, Viana dirigiu-se ao bom número de prefeitos da região que compareceram ao evento com um tom de compreensão. “Eu, que já fui prefeito em Curvelo, sei do calvário de ocupar o cargo. Todos que se elegem querem acertar, fazer o melhor. Ninguém vai para uma prefeitura para fazer o ilícito, o errado, trazer o prejuízo. Mas, muitas vezes, isso acontece e muitas delas por desconhecimento” – defendeu.

O Conselheiro voltou a fazer analogia com a medicina. “Eu estudei seis anos para ser médico, mais dois anos de especialização em pediatria, depois mais um em anestesia, para depois começar a trabalhar. Já os prefeitos, cada um tem sua história, a sua profissão, suas diferenças e nenhum deles foi preparado para exercer o cargo. Não existe curso para ser prefeito e esse é um trabalho muito importante, muito grande e muito árduo” – frisou.

O Ouvidor da Corte de Contas convidou todos a utilizarem



O Ouvidor da Corte de Contas convidou todos a utilizarem os canais de comunicação do TCE como a Ouvidoria e o Fale com o TCE, ferramenta de interatividade disponibilizada no Portal do Tribunal

os canais de comunicação do TCE como a Ouvidoria e o Fale com o TCE, ferramenta de interatividade disponibilizada no Portal do Tribunal. “Quando precisarem, busquem nosso apoio, nossa orientação, seja com os servidores, com os Conselheiros ou com o Ministério Público junto ao TCEMG, nós todos estamos lá não para fazer favor a vocês, pois, orientá-los é nosso dever e temos prazer em fazê-lo” – argumentou.

O presidente da Amams e prefeito de Capitão Enéas, César Emílio Lopes Oliveira, elogiou a iniciativa do Tribunal nos encontros, enfatizando que “os servidores são atualmente os braços e os olhos dos prefeitos para ajudar na gestão pública”.

Compuseram, também, a mesa de honra do evento, o prefeito de Salinas e Presidente do Samu – Cisrum/Macronorte, Joaquim Neres Dias; a Juíza da 1ª Vara de Fazenda Pública, Rosana Silqueira Paixão; e o chefe de gabinete do Presidente do TCEMG, Ronaldo Machado.

A diretora da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, professora Natália Araújo, responsável pela organização dos Encontros Técnicos; a coordenadora da Secretaria da Ouvidoria do TCEMG, Cláudia Picinin, o secretário-executivo da Amams, professor Luiz Lobo e o coordenador de relações institucionais da Amams, Sérgio Nassau, parceiros na realização do evento em Montes Claros, também prestigiaram a solenidade de abertura.

Governador Valadares recebeu encontro dos municípios dos vales mineiros

O Tribunal de Contas do Estado (TCEMG) abriu, no dia 30 de junho, a quarta etapa do *Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2015*, em Governador Valadares, com o tema Tribunal de Contas e a Sociedade. O evento teve a participação de 250 agentes públicos e colaboradores do terceiro setor, vindos das cidades dos vales dos rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha.

O presidente da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Doce (Ardoce) e prefeito de Conselheiro Pena, Roberto Balbino de Oliveira, foi a primeira autoridade a falar na abertura. Ele deu boas-vindas ao TCEMG e agradeceu pela realização do encontro na região. "O Tribunal veio, mais uma vez, a Governador Valadares para nos orientar, nos preparar para a realidade da administração pública, que esta cada vez mais difícil. Não existe curso para ser prefeito e esta prepa-

ração é importante para que erremos menos", admitiu Oliveira.

A diretora da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo do TCEMG, Natália Araújo Ribeiro, meditando sobre as palavras do presidente da Ardoce, reconheceu que governar num momento de crise, como o vivido pelo Brasil, exige ainda mais do gestor. Para a diretora, o nome escolhido pelo Tribunal para a série de eventos foi muito apropriado. "Poderia se chamar seminário, projeto, conferência, ou ciclo de debates, mas o TCEMG escolheu chamar este momento que vamos vivenciar de encontro. Isso quer dizer que o Tribunal vem aos municípios não apenas para orientar, mas para encontrar a realidade das Minas Gerais. Este é o sentido", esclareceu Natália Araújo.

A solenidade ocorreu na sede da Oitava Região Integrada de Segurança Pública. O Presidente Sebastião Helvecio foi repre-

sentado pelo seu chefe de gabinete, Ronaldo Machado. A prefeitura de Governador Valadares foi representada pelo contador do município, Paulo Eustáquio Assis. Ainda se assentou na mesa de honra a prefeita de Tarumirim e presidente do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável do Médio Rio Doce (Cimdoce), Dalva Maria de Oliveira. A prefeita de Cuparaque, Geovânia Monteiro, acompanhou o evento da primeira fila do auditório.

A abertura foi sucedida pela palestra Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. O analista de controle externo do TCEMG, Henrique Lima Quites, afirmou que as novidades trazidas pela nova legislação do terceiro setor, que entram em vigor em 27 de julho, vão impactar bastante a gestão pública além das próprias entidades particulares sem fins lucrativos. "Ela muda a natureza jurídica dos convênios que eram feitos entre Poder Público e entidades", justificou.



A diretora da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo do TCEMG, Natália Araújo Ribeiro, em seu pronunciamento na abertura do evento

Confira alguns momentos dos quatro primeiros encontros



Henrique Lima Quites



Natália Araújo, Valéria Silva e Raquel Simões



Renato César Jardim



Pedro Henrique Magalhães Azevedo



Bruno Siqueira e Roberto Saada



Ana Elisa de Oliveira



Délia Mara Villani Monteiro



Bruno Siqueira e Sebastião Helvecio



José Alves Viana, Cláudia Picinin e Gastão Pinheiro



Encontro com prefeitos da região Norte



Carlos Donizetti



Paulo Henrique Figueiredo



Luiz Henrique Starling



Délio Cássio Marques



Lucas Sales, do TCE, durante o credenciamento



Valéria Chiaretti Ferro



Silvia Araújo e Ronaldo Machado



Nájila Jacques Ferreira

Imprensa de Minas Gerais repercute Encontro Técnico do TCEMG

A imprensa de Minas Gerais deu ampla cobertura ao Encontro Técnico – O Tribunal de Contas e a Sociedade, que vem sendo realizado pelo interior de Estado desde o dia 09 de junho. A caravana do TCEMG já passou por Juiz de Fora (09 e 10 de junho), Itajubá (16 e 17 de junho), Montes Claros (23 e 24 de junho) e Governador Valadares (30 de junho e 1º de julho) e em todos os municípios a repercussão do Encontro Técnico do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais na mídia foi expressiva.

Veículos de rádio, Tv, jornais e portais de notícias destacaram o evento de capacitação que já reuniu mais de 1200 participantes e discutiu, entre outros temas, a importância dos controles internos e a transferência dos recursos públicos para as Organizações da Sociedade Civil (OSC).

Em Juiz de Fora, a TV Globo destacou o evento em duas oportunidades. O Presidente do TCEMG, Sebastião Helvecio, foi entrevistado ao vivo no Bom Dia Minas, e o telejornal MGTV fez uma reportagem sobre o Encontro Técnico com entrevistas do Presidente e da diretora-geral do TCEMG, Raquel Simões. A emissora TVE realizou, ao vivo, uma edição do programa Mesa de Debates, que tem uma hora de duração, com a participação do Presidente Sebastião Helvecio.

As rádios CBN e Globo entrevistaram o Presidente e fizeram reportagens sobre o evento. Reportagens e banners de destaque nos portais G1, Tribuna de Minas, Diário Regional, o colunista Cesar Romero e a página da Fiemg na internet complementaram a cobertura do Encontro Técnico do TCEMG na Região.

Em Montes Claros, a TV Globo também noticiou o evento em três oportunidades. O telejornal Bom Dia Minas fez uma entrada ao vivo da sede da Amams e o telejornal MGTV exibiu, na 1ª e na 2ª edição, reportagens sobre o encontro que incluíram entrevistas com o Ouvidor do TCEMG, Conselheiro José Alves Viana. A TV Geraís (da Rede Minas) entrevistou o analista de controle externo do TCE Henrique Lima Quites em seu noticiário noturno.

A Rádio 98 FM - Montes Claros também entrevistou o Conselheiro Ouvidor do TCEMG e fez reportagem sobre o evento. Reportagens e banners de destaque nos portais G1 – Montes Claros, O Norte de Minas, Gazeta Norte Mineira e o site da Amans também deram ampla cobertura ao encontro realizado pelo Tribunal.

No último encontro, realizado em Valadares, a diretora da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, Natália Araújo, foi quem concedeu entrevista, ao vivo, ao telejornal Bom Dia Minas. O analista de controle externo, Henrique Lima Quites, foi o entrevistado do Jornal da Sete da TV Rio Doce. A mídia impressa e os portais de notícias na internet também noticiaram o evento.



O Presidente Sebastião Helvecio e a diretora-geral do TCEMG, Raquel Simões, concederam entrevistas para veículos de TV, rádio, jornais impresso e portais de internet



NOTÍCIAS DO PLENO

Controle interno não está obrigado a analisar todos os processos licitatórios

Em resposta a consulta encaminhada pela controladora-geral do município de Igarapé sobre as competências e atribuições do controle interno no exercício da fiscalização da administração pública, o Tribunal Pleno aprovou, na sessão do dia 24 de junho, a sugestão do Conselheiro em Substituição, Licurgo Mourão, acatada pelo próprio relator, Conselheiro José Alves Viana. A principal dúvida da consulente (consulta 912160) era se o controle interno está obrigado a fiscalizar e emitir parecer sobre todos os processos licitatórios da entidade controlada, incluindo os de dispensa e inexigibilidade, ou se deve analisar somente aqueles que forem objetos de alguma auditoria, sindicância ou denúncia.

Como entendimento do TCEMG, prevaleceu a redação do Conselheiro Mourão em seu voto: “não é recomendável que os entes federados incluam dentre as competências do sistema de controle interno, mediante o devido processo legislativo, a obrigatoriedade de analisar todos os procedimentos licitatórios realizados, embora nada impeça que haja norma impondo tal obrigação”. O Conselheiro Mourão acrescenta que, “inexistindo norma expressa dessa natureza, é desnecessário que o sistema de controle interno assim proceda, pois lhe caberá dirigir a fiscalização segundo critérios de oportunidade e conveniência, levando em consideração aspectos como a relevância, seletividade, materialidade e risco, além da utilização de instrumentos e métodos de fiscalização por amostragem”.

Uma primeira resposta à consulta já havia sido apresentada na sessão plenária do dia 4 de fevereiro pelo relator, Conselheiro José Alves Viana. Na ocasião, o Conselheiro em Substituição, Licurgo Mourão, solicitou vista do processo para melhor estudo sobre o tema. Embora tenha acompanhado as razões apresentadas pelo relator na fundamentação do seu voto, Mourão entendeu que a resposta dada à consulente deveria ter enfoque mais abrangente. As sugestões foram inteiramente acolhidas pelo Conselheiro relator e prevaleceram na decisão definitiva aprovada pelo Pleno.

Detalhamento

Várias fundamentações foram detalhadas à consulente, passando pela finalidade constitucional do sistema de controle interno disposta no artigo 74 da Constituição da República; pela Norma Brasileira de Contabilidade aplicada ao Setor Público, aprovada pela Resolução 1135/08 do Conselho Federal de Contabilidade, que estabelece as finalidades do controle interno, entre elas “auxiliar na prevenção de práticas ineficientes e anti-



O Conselheiro em Substituição, Licurgo Mourão (dir.), defendeu resposta mais abrangente à consulta

econômicas, erros, fraudes, malversação, abusos, desvios e outras inadequações”; pelo anexo único da Resolução 05/2014 da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – Atricon, que discrimina 15 competências das unidades de controle interno com relação, por exemplo, ao zelo pela qualidade e a independência do Sistema de CI; e outros aspectos. “Pelo pouco que aqui se registrou, nota-se, de plano, o grande volume de atribuições do sistema de controle interno e o seu elevado grau de complexidade”, salientou o Conselheiro Licurgo Mourão, ao fundamentar o entendimento de que “nesse panorama, s.m.j., afigura-se contraproducente e até mesmo indesejável, que o controle interno tenha a atribuição de analisar, obrigatoriamente, todos os procedimentos licitatórios do órgão ao qual pertence, embora – como salientou o Relator – o ordenamento jurídico não vede a criação de norma desse jaez” e que, “aliás, o próprio Relator desaconselha a edição de norma que atribua ao controle interno tal mister”.

Citando o inciso XVI do artigo 3º da Lei Orgânica do TCEMG, o artigo 260 do Regimento Interno e o artigo 113 da Lei Nacional de Licitações (8666/93), Mourão observa que “nenhuma dessas normas impõe, taxativamente, que o controle seja feito em um número específico de contratos ou licitações, embora haja ressalva de que tal controle ocorrerá na forma da legislação pertinente”. O Conselheiro em Substituição argumenta que, analisando esses dispositivos, vê-se que a intenção do Legislador, ao tratar da matéria licitatória, foi instituir um sistema de controle voltado mais para a qualidade e não apenas para quantidade, “salvo norma expressa que imponha aos órgãos de controle a análise obrigatória da totalidade dos procedimentos licitatórios, inclusive os de dispensa e inexigibilidade”.

Panorama

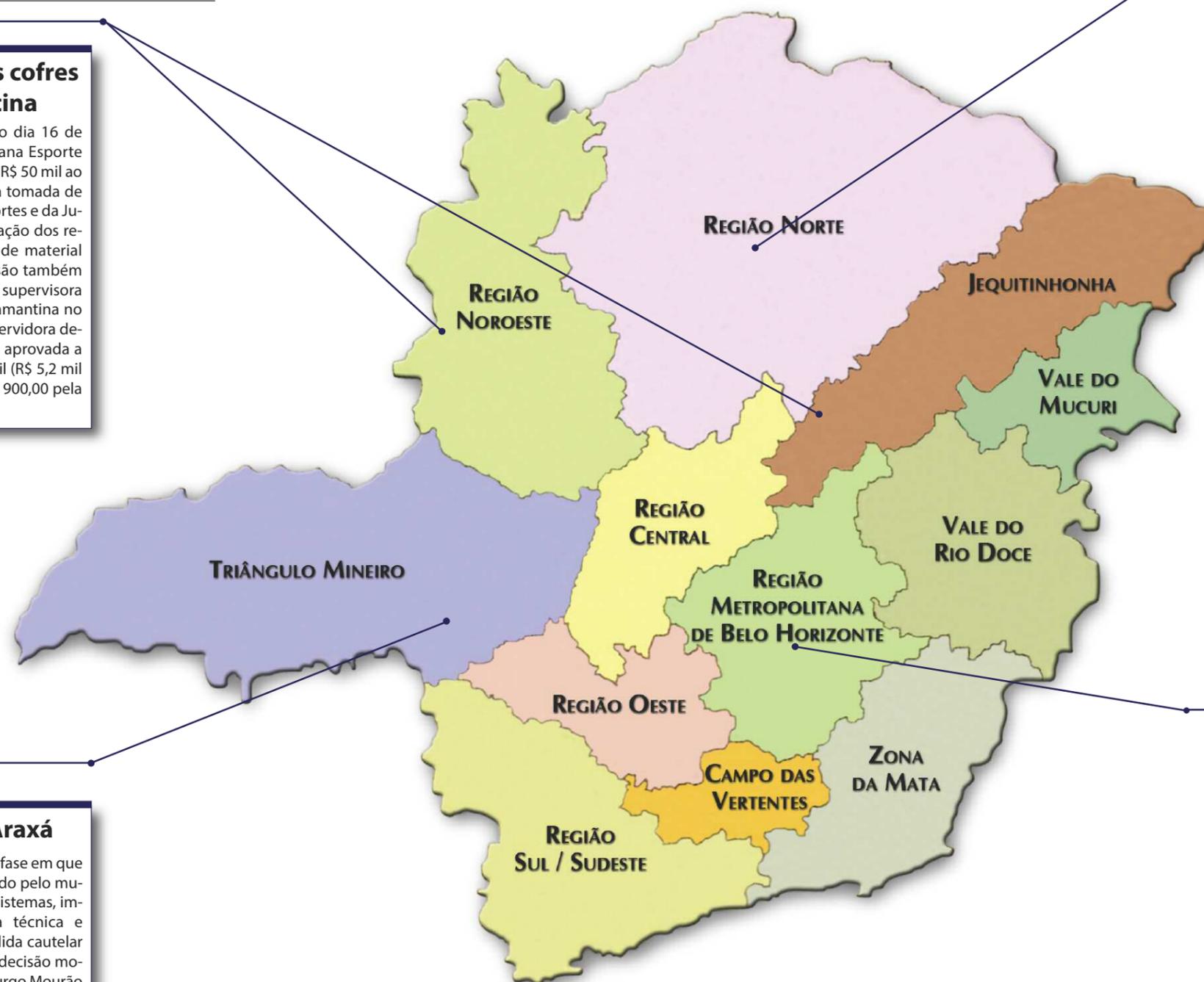
DECISÕES DAS CÂMARAS

1ª Câmara determina devolução aos cofres públicos em Paracatu e Diamantina

A Primeira Câmara do TCEMG determinou, na sessão do dia 16 de junho, que o dirigente em 2011 da entidade Vila Mariana Esporte Clube de Paracatu, Wesley Rocha, restitua a importância de R\$ 50 mil ao erário estadual. A decisão foi motivada pelos resultados da tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude, que apurou a ausência de comprovação da utilização dos recursos repassados por meio de convênio para aquisição de material esportivo por parte da entidade esportiva. Na mesma sessão também foram julgadas irregulares as contas de responsabilidade da supervisora de taxação da Superintendência Regional de Ensino de Diamantina no exercício de 2010, Karine Moreira, e foi determinado que a servidora devolva ao erário estadual o valor de R\$19,4 mil. Também foi aprovada a aplicação de multa à responsável no valor total de R\$ 6,1 mil (R\$ 5,2 mil pelo pagamento de remuneração a servidores fictícios e R\$ 900,00 pela alteração indevida de seus registros funcionais).

2ª Câmara multa por contratação irregular de enfermeira para o Programa Saúde da Família

O Tribunal de Contas verificou a contratação indevida de enfermeira para o Programa Saúde da Família (PSF), no município de São João do Pacuí, por meio da análise de denúncia. O Colegiado da Segunda Câmara, em sessão realizada no dia 25 de junho, decidiu multar o prefeito à época da contratação e o atual prefeito no valor de R\$2 mil. O Conselheiro Relator Wanderley Ávila determinou, ainda, que o atual prefeito rescinda o contrato irregular, se ainda vigente, enviando ao TCEMG, no prazo de quinze dias, a comprovação da medida.



Suspensão pregão presencial em Araxá

A Primeira Câmara do TCEMG determinou a suspensão, na fase em que se encontra, do pregão presencial 08048/2015 promovido pelo município de Araxá com o objetivo de contratar a locação de sistemas, implantação, conversão das bases de dados, assistência técnica e treinamento necessários à Administração Municipal. A medida cautelar foi aprovada na sessão do dia 23 de junho, em referendo à decisão monocrática apresentada pelo Conselheiro em Substituição, Licurgo Mourão com base em irregularidades apontadas na denúncia 952016. Segundo o relator, a suspensão cautelar e imediata também leva em consideração a "iminente contratação do objeto, uma vez que a abertura do certame ocorreu às 9 horas do dia 17 de junho, configurando o *periculum in mora*" (perigo da demora).

Gestão dos restaurantes populares de BH é considerada irregular

Atividades de tesouraria realizada por empregados terceirizados, pregão destinado à aquisição de microterminais sem a correta especificação técnica e falta de sistema avaliativo próprio para o Programa de Restaurantes Populares motivaram o Colegiado da Segunda Câmara, na sessão do dia 18/6, pela aplicação de multa de R\$ 7,5 mil ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte no período de 2011 a julho de 2012. As irregularidades foram apuradas após auditoria de conformidade realizada na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte com o objetivo de avaliar e acompanhar a gestão do Programa de Restaurantes Populares. O Conselheiro Relator, Wanderley Ávila, determinou, ainda, que seja recomendada ao secretário a adoção de medidas de boa gestão pública.

AUDITORIA OPERACIONAL

TCE recomenda melhorias no Programa Saúde da Família

A Primeira Câmara do TCEMG aprovou, na sessão do dia 30 de junho, 19 recomendações à Secretaria de Estado da Saúde com o objetivo de promover o aprimoramento da atenção básica à saúde no Estado. A decisão acompanhou o voto do relator, Conselheiro Substituto Hamilton Coelho, com base nos resultados da auditoria operacional 944812, realizada em unidades de saúde vinculadas ao programa Saúde da Família e que identificou os principais problemas estruturais e de gestão a serem adequados nas áreas de gestão de pessoas, monitoramento e planejamento.

O TCEMG determinou que, no prazo de 60 dias, a contar da data da publicação do acórdão correspondente à decisão, a Secretaria de Saúde remeta plano de ação contendo o cronograma de adoção das medidas necessárias à implementação das recomendações e determinações, indicando os nomes dos responsáveis pela implementação de cada medida, na forma prevista no artigo 8º da Resolução TC 16/11. O descumprimento da decisão, no prazo estipulado, poderá resultar na aplicação de multa aos responsáveis, prevista no inciso III do artigo 85 da Lei Complementar 102/2008. O relator assinala que, assim que o plano de ação for recebido pelo Tribunal, será encaminhado à área técnica correspondente para análise e programação do monitoramento das deliberações aprovadas no julgamento.

Entre as principais características das auditorias operacionais está o caráter pedagógico e a intenção de se promover maior efetividade do controle. No caso da auditoria 944812, a finalidade de avaliar o nível de resolutivi-



dade das unidades básicas de saúde, identificando os principais problemas que afetam a qualidade e a cobertura da Atenção Básica à Saúde no Estado de Minas Gerais é ampla. Abrange, tanto o estudo e análise da questão com base em documentos, pesquisas e trabalho de campo realizado entre março e maio de 2014 nas unidades de saúde vinculadas ao programa

Saúde da Família de 12 municípios mineiros quanto a série de recomendações e a previsão do monitoramento futuro.

As 19 recomendações

Acompanhando o voto do relator Hamilton Coelho, a Primeira Câmara recomendou à Secretaria de Estado de Saúde a adoção de 19 medidas, sendo duas para a área de gestão de pessoas (elaborar e manter atualizado o diagnóstico das necessidades de capacitação e formação dos gestores e profissionais da Atenção Básica; e ofertar cursos de formação e capacitação continuada, de acordo com as necessidades dos gestores e profissionais da atenção básica, com base no diagnóstico elaborado); cinco para o monitoramento e avaliação (definir de forma mais clara o fluxo de atribuições e responsabilidades dos setores envolvidos nos procedimentos de monitoramento e avaliação; realizar ações de capacitação que permitam aos municípios aprimorar o monitoramento e avaliação da atenção básica à saúde; apresentar cronograma físico-financeiro para universalização do prontuário eletrônico nas unidades de saúde do Estado; apresentar diagnóstico de tecnologia da informação que contemple as demandas necessárias à sistemática de



Unidade Básica de Saúde "Simão Campos", localizada na zona rural do município de São João da Ponte

monitoramento e avaliação da atenção básica; e realizar ações de capacitação para utilização dos sistemas informatizados de monitoramento e avaliação).

E outras 12 para o planejamento: elaborar e implementar os fluxos de integração regionalizada (referência e contrarreferência) da atenção básica com os demais níveis de atenção; realizar cursos de capacitação com o objetivo de promover a aproximação entre os profissionais da atenção básica e dos demais níveis de atenção, bem como de esclarecer os especialistas com relação à importância da contrarreferência; viabilizar a implantação de protocolos clínicos em consonância com as linhas-guia, a fim de reduzir o encaminhamento para as unidades de média e alta complexidade; realizar diagnóstico a fim de identificar e minimizar os principais fatores que atualmente prejudicam a integração e a articulação da atenção básica com os demais níveis de atenção, especialmente quanto à realização de exames e consultas especializadas; implementar as ações necessárias para adequar a



Para se chegar a unidades básicas de saúde como a "Brejo do Amparo", na zona rural de Januária, ...



...a equipe da Coap percorreu várias estradas como esta durante a etapa dos trabalhos de campo

monitoramento e avaliação da atenção básica; e realizar ações de capacitação para utilização dos sistemas informatizados de monitoramento e avaliação).

E outras 12 para o planejamento: elaborar e implementar os fluxos de integração regionalizada (referência e contrarreferência) da atenção básica com os demais níveis de atenção; realizar cursos de capacitação com o objetivo de promover a aproximação entre os profissionais da atenção básica e dos demais níveis de atenção, bem como de esclarecer os especialistas com relação à importância da contrarreferência; viabilizar a implantação de protocolos clínicos em consonância com as linhas-guia, a fim de reduzir o encaminhamento para as unidades de média e alta complexidade; realizar diagnóstico a fim de identificar e minimizar os principais fatores que atualmente prejudicam a integração e a articulação da atenção básica com os demais níveis de atenção, especialmente quanto à realização de exames e consultas especializadas; implementar as ações necessárias para adequar a

oferta de serviços à necessidade da população; promover ações no sentido de apoiar e incentivar os municípios para a adequação do horário de atendimento da unidade básica de saúde, de forma a atender as necessidades dos usuários e a não sobrecarregar os demais níveis de atenção; promover ou incrementar a capacitação dos agentes comunitários de saúde, a fim de esclarecer a população sobre os propósitos da atenção básica; adaptar os critérios de repasse aos municípios dos recursos para atenção básica, relativos ao programa Saúde em Casa, buscando a equidade entre as regiões de planejamento do Estado; aprimorar as normativas da atenção básica, propiciando aplicação mais efetiva dos recursos; reformular o Geicom (Gerenciador de Indicadores, Compromissos e Metas), incluindo funcionalidades mais amigáveis aos gestores municipais, facilitando o acesso e o controle; promover treinamento constante dos gestores para utilização do Geicom; e aprimorar o portal da transparência, com inclusão dos repasses da saúde.

Trabalho técnico incluiu visita a 12 municípios

Para realizar a auditoria operacional 944812, a equipe da Coordenadoria de Auditoria Operacional – Coap – do TCEMG, vinculada à Diretoria de Engenharia e Perícia e Matérias Especiais, obedeceu a critérios e metodologia apropriados nas várias etapas do trabalho. Já de início seis questões foram formuladas levando-se em conta a finalidade da auditoria: identificar os principais problemas que afetam a qualidade e a cobertura da Atenção Básica à Saúde no Estado de Minas Gerais.

Na fase de planejamento do trabalho, as técnicas utilizadas para obtenção de dados basearam-se em pesquisa documental incluindo consulta à legislação, à bibliografia específica e a documentos administrativos requeridos à Secretaria de Estado da Saúde de MG – SESMG. Nessa mesma etapa também foram feitas entrevistas com técnicos da SESMG e especialistas em saúde. Em seguida, foram identificadas as áreas prioritárias da investigação por meio de tecnologias de análise e diagnóstico. Ainda na fase de levantamentos preliminares a equipe da Coap visitou, no dia 2 de julho de 2014, o município de Mário Campos para entrevistar tanto os representantes da SESMG quanto os usuários das Unidades Básicas de Saúde.

Também foram aplicados questionários eletrônicos aos gestores regionais de saúde e, finalmente, selecionados os municípios a serem visitados pelo TCEMG, utilizando-se, como critério de es-

colha, o Índice de Desempenho do SUS na Atenção Básica (IDSUS), formulado pelo Ministério da Saúde. O relatório técnico da Coap assinala que, "para definição da amostra, foram selecionados de cada grupo homogêneo os municípios que apresentaram os melhores desempenhos do IDSUS da Atenção Básica, ou seja, valores acima de 7,99, e os piores, com valores abaixo de 4,00". Foram visitados 12 municípios mineiros no período de 1º a 12 de setembro de 2014, segundo classificação do IDSUS e do Índice da Atenção Básica – IDAtB, conforme mostrado no quadro a seguir:

Municípios selecionados para visitas <i>in loco</i>		
Município	Classificação IDSUS	IDAtB
1. São João da Ponte	4	9,51
2. Ibertioga	4	9,45
3. Januária	4	3,73
4. Teófilo Otoni	4	4,96
5. Muzambinho	5	3,83
6. Botelhos	5	3,55
7. Bandeira do Sul	5	1,18
8. Alpinópolis	5	9,92
9. Cascalho Rico	5	9,92
10. Luz	5	9,18
11. São Sebastião do Maranhão	6	3,96
12. Desterro do Melo	6	9,76



TCE MG
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ao longo da história

No dia 09 de setembro próximo o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais completa 80 anos de existência. Nesta mesma data, mas no ano de 1935, três personalidades foram nomeadas para compor a primeira Corte de Contas públicas e iniciar os trabalhos de fiscalização, de acordo com a Constituição vigente. Mas quatro anos depois a trajetória foi interrompida por decisão do Estado Novo, um regime de exceção comandado pelo Presidente Getúlio Vargas.

Restaurado em 1948, o Tribunal não mais sofreu interrupções e foi sendo progressivamente modificado, ampliado e aperfeiçoado. Nas décadas seguintes, no interior das salas de algumas sedes provisórias e uma definitiva na Avenida Raja Gabaglia, trabalharam nele muitos servidores, exercendo variadas funções necessárias à função de análise e julgamento das contas públicas.

Uma história rica de dedicação, de esforço e de ações voltadas para a cidadania.

Um projeto de implantação na República Velha

Um projeto naturalmente precede a sua execução, mas a distância cronológica entre ambos foi bem elástica na criação do primeiro Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. O artigo 109 da primeira Constituição Mineira após a implantação da República, em 1891, determinou a criação de um tribunal fis-



Nas imediações da antiga Praça Sete, o TCE teve várias sedes provisórias

calizador das contas públicas, mas ressalvou: “quando for conveniente”.

A tentativa seguinte somente ocorreria em 1909, por meio da Lei nº 509. Ela determinou que o Tribunal fosse composto de três membros vitalícios, com a denominação de Ministros, sendo “um nomeado pela Câmara dos Deputados, outro pelo Senado Estadual e o terceiro pelo Presidente do Estado”.

A República Velha acabou em 1930 sem a implantação efetiva. Em 1935 foi promulgada a segunda Constituição Mineira, e seu artigo 79 determinou a instituição de um Tribunal “que julgará as contas dos responsáveis por dinheiros ou bens públicos e fiscalizará a

administração financeira do Estado”. Só que desta vez a teoria se fez acompanhar da prática e a Corte de Contas foi instalada, ainda que com pouca estrutura física e de pessoal.

A criação da primeira Corte de Contas

Coube a um governador nomeado, não eleito, a instalação do primeiro Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Benedito Valadares Ribeiro, nomeado em 1933 pelo Presidente Getúlio Vargas, assinou dois anos depois a segunda Constituição Mineira e cumpriu os artigos 79 a 82, instalando a Corte de Contas e nomeando os Ministros – nome escolhido para o cargo máximo.



Foto à esquerda: visão panorâmica (1962) da Feira de Amostras, local da primeira sede do Tribunal, em 1935.

Foto central: na Praça Sete, o prédio do Bemge (ao centro) que abrigou o TCE por aproximadamente três décadas.

Foto à direita: outra antiga panorâmica da Praça Sete, sede do TCE em duas diferentes oportunidades.



A nova Carta manteve o número de membros que compunham o Tribunal – três –, mas determinou que todos eles seriam escolhidos pelo chefe do Poder Executivo. Benedito Valadares então nomeou Álvaro Baptista de Oliveira, José Maria de Alkmim e Mário Gonçalves de Mattos. A posse deles ocorreu no dia nove de setembro de 1935, data que passou a ser considerada o aniversário do Tribunal.

A ata da 1ª Sessão Ordinária data de 28 de outubro do mesmo ano e registra a eleição, por voto secreto, do primeiro Presidente, o Ministro José Maria de Alkmim. Em dezembro, uma lei estadual estabeleceu o quadro de pessoal efetivo do Tribunal de Contas e fixou seus respectivos vencimentos.

O Estado Novo não queria ser fiscalizado

Previsto desde a primeira Constituição republicana de Minas Gerais – e somente implantado de fato em 1935 –, o Tribunal de Contas estadual teve uma duração muito curta: foi extinto pelo Decreto-Lei nº 360, de 26 de junho de 1939. Quem assinou o instrumento legal foi o Governador-Interventor Benedito Valadares Ribeiro, curiosamente a mesma autoridade que criara a instituição.

Mas o líder mineiro não tinha alternativa, era a única maneira de cumprir o artigo 2º do Decreto-Lei nº 1202, emanado pelo Presidente Getúlio Vargas, um ditador de fato. O decreto determinava que os Estados passassem a ter dois órgãos de administração: o Interventor ou Governador e o Departamento Administrativo.

Como as funções constitucionais do Tribunal concorriam com as do Departamento Administrativo, a extinção foi uma decisão inevitável para Benedito Valadares. O Departamento Administrativo, subordinado a um regime de exceção, não teve relevância política e foi extinto na década seguinte, durante a retomada da democracia, abrindo caminho para a restauração do Tribunal de Contas.

PERSONAGENS

José Maria de Alkmim, um pioneiro

José Maria de Alkmim deixou seu nome como primeiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, mas ficou apenas um ano na Corte que ele ajudou a fundar: de setembro de 1935 a setembro de 1936. Aos 34 anos de idade renunciou ao mandato de Deputado Federal Constituinte para assumir o cargo de Ministro (atual Conselheiro) do Tribunal, do qual declinou para assumir a Secretaria do Interior durante o governo de Benedito Valadares Ribeiro, em Minas Gerais.



O currículo de Alkmim é impressionante, ocupou muitos e variados cargos ao longo de seus 72 anos de vida. Foi Deputado Federal Constituinte duas vezes, assinando as constituições federais de 1934 e 1946. Foi, ainda, Secretário Estadual, Ministro do Executivo federal e atingiu o auge como Vice-Presidente do Brasil no governo de Humberto de Alencar Castelo Branco (1964 a 1967).

A crônica política brasileira sempre relacionou José Maria de Alkmim como um dos expoentes das “raposas mineiras” pela sua capacidade de articulação com grupos distintos, sua sagacidade, sua rapidez de raciocínio e de ação nos momentos de pressão ou confronto político-partidário. A mais ampla biografia dele foi registrada pelo também político Murilo Badaró, na obra “José Maria Alkmim - Uma biografia”.

O eclético Mário Gonçalves de Mattos



Com a renúncia de José Maria de Alkmim ao cargo de Ministro-Presidente do Tribunal de Contas de Minas Gerais, em 1936 (um ano após a fundação), coube a Mário Gonçalves de Mattos a honra de ter sido o segundo Presidente na história da Corte de Contas.

Advogado de formação, Mário foi uma personalidade importante em sua época, tendo sido professor, político, jornalista e magistrado. Publicou vários livros, inclusive um de poemas e até uma opereta. Ocupou a cadeira nº 16 da Academia Mineira de Letras.

Com a extinção do TCE pelo Presidente Getúlio Vargas, em 1939, ele foi nomeado Secretário do Interior do governo de Benedito Valadares Ribeiro e no ano seguinte Desembargador do Tribunal de Justiça. Aposentou-se em 1959 e voltou à mídia escrita, tendo sido diretor do extinto jornal *Diário de Minas* e redator-chefe da também extinta revista *Alterosa*.

Página do TCEMG no Facebook atinge cinco mil seguidores

Com três anos de existência, a página do Tribunal de Contas mineiro no Facebook é líder de curtidas em relação aos outros tribunais de contas estaduais e de municípios do país. Somente o Tribunal de Contas da União (TCU) tem mais seguidores que o TCEMG. A página do Tribunal extrapolou fronteiras e tem fãs nos Estados Unidos, Angola, Reino Unido, Portugal, São Tomé e Príncipe, Espanha, Itália, Marrocos, Canadá, Colômbia, Índia, Malásia, Cabo Verde, Irlanda, Bélgica, Argentina, França, Filipinas, Turquia, Argélia, Japão, Alemanha e Moçambique.

De acordo com os relatórios da rede social, 53% do público que curte o Facebook do TCEMG tem entre 18 e 34 anos e 25% dos fãs entre 35 e 44 anos. Nos últimos três meses, as decisões do Tribunal que tiveram mais destaque, ou seja, as que foram mais curtidas foram a suspensão de concorrência pública em Mariana (em 5/3), a suspensão de pregão presencial por desrespeitar a lei das microempresas (em 26/3), a devolução de mais de R\$100 mil por contratação antieconômica pelo ex-prefeito de Turmalina (em 16/4) e a multa aos prefeitos que enviaram dados de prestações de contas em branco (em 14/5). A notícia sobre a geração de multas e bloqueio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de 249 municípios mineiros por inadimplência (em 12/3) também foi muito visualizada.

Resposta ao cidadão

Em relação ao *feedback* (termo em inglês que significa resposta, reação) do Tribunal em relação ao que o cidadão manifesta pelas redes sociais, a Coordenadoria de Publicidade e Marketing explica que as informações recebidas pelas redes já



estão sendo compartilhadas com a equipe do Centro de Integração da Fiscalização e de Gestão da Informação Estratégica – Suricato. Por meio de e-mail encaminhado ao Suricato será feita a análise das informações.

PONTO DE EXPRESSÃO

Novo Marco Regulatório do Terceiro Setor foi tema de debate no evento

A lei federal número 13.019, também conhecida como “Novo Marco Regulatório do Terceiro Setor”, foi o tema de um debate realizado em junho no Auditório Vivaldi Moreira, do TCEMG. Essa lei foi publicada originalmente em 2014 e entra em vigor no dia 27 de julho de 2015. O evento faz parte do *Ponto de Expressão*, um programa que consiste na realização de mesas redondas para a discussão de temas atuais do Direito Público, fruto de uma parceria do TCE com a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Minas Gerais (OAB-MG).

A forte crítica à nova norma foi o tom dominante entre os debatedores, como foi o caso do advogado Renato Dolabella Melo, que entende que o texto dela foi influenciado pela preocupação do Congresso Nacional em dar uma resposta à sociedade sobre as acusações de desvio de dinheiro público por entidades não governamentais. “Esta lei é uma consequência direta da CPI das ONGs, de 2010, mas nem de longe esgota as questões jurídicas do Terceiro Setor. Ela trata, basicamente, dos convênios firmados entre o governo e os parceiros e passa ao largo de muitas questões fundamentais”, explicou.

Também foi bastante crítica a participação de Elaine Clemente, presidente do Sindicato das Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas de Minas Gerais, que entende que a lei vai dificultar bastante a atuação de instituições como as beneficentes. “Por causa de uma minoria de instituições que cometeram irregularidades graves vai ficar difícil a atuação daquelas que surgiram para suprir a ausência do Poder Público, sujeitas a muitas



normas e exigências para receber pouco dinheiro”, reclamou. Ela acredita que a lei terá que ser modificada para se tornar exequível.

Mais tolerante foi a análise do professor de Direito James Andris Pinheiro, que entende que a lei 13.019 tem erros mas também acertos, e a regulamentação dos contratos de parcerias foi considerada por ele um ponto positivo, ainda que tenha aspectos controversos. Como os demais, ele também entende que a expressão “marco regulatório” é inadequada, pois a lei se restringe aos contratos de parceria.

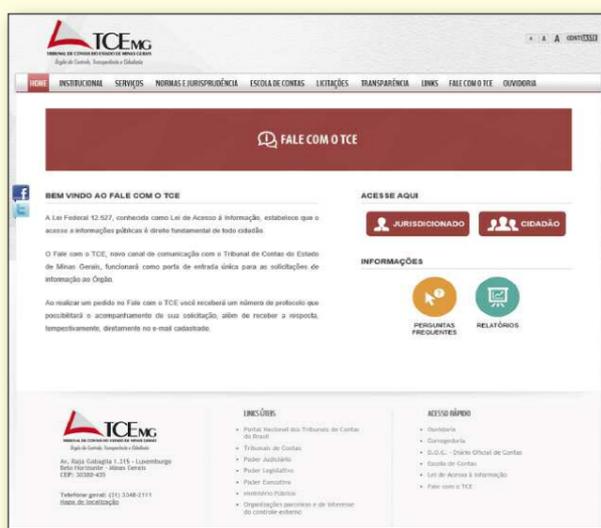
O debate teve como mediador o servidor do TCE Henrique Lima Quites e também participaram como debatedores os advogados Hudson Couto Ferreira de Freitas e Suzanne Bouchardet.

COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

Presidente anuncia novidades do “Fale com o TCE”

O Presidente do TCEMG, Conselheiro Sebastião Helvecio, anunciou, durante a sessão plenária de 10 de junho, a reformulação do “Fale com o TCE”, disponível no portal do Tribunal de Contas, em coluna da direita da página principal. A novidade é que, além de registrar os pedidos de acesso à informação de cidadãos e jurisdicionados, o canal passou também a conter um *link* de “perguntas frequentes” com as devidas respostas e os relatórios trimestrais das solicitações encaminhadas ao TCEMG.

O Presidente enfatizou que “o intuito de aprimorar os canais de comunicação com a sociedade e jurisdicionados e de implantar algumas funcionalidades previstas na Resolução nº 12/2014, que regulamentou a Lei de Acesso à Informação” motivaram o TCEMG, por meio da Diretoria de Comunicação e da Diretoria de Tecnologia da Informação, a reformular o “Fale com o TCE”, que engloba as Centrais de Relacionamento – CRTCE e CRJ.



Presidente destaca fiscalização com inteligência em entrevista concedida ao jornal Hoje em Dia

Em entrevista publicada na edição do jornal Hoje em Dia de 22 de junho, o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Conselheiro Sebastião Helvecio, destacou a importância dos sistemas de inteligência implantados pelo Tribunal de Contas para cruzamento de dados e aprimoramento da fiscalização. Observando que o TCE fiscaliza hoje, em Minas Gerais, R\$ 120 bilhões, o Presidente salientou que o Tribunal possui mais de nove milhões de notas fiscais eletrônicas em seu banco de dados, com registro de todas as compras feitas pelo Poder Público no Estado e municípios. Sebastião Helvecio assinalou que o Tribunal pode verificar se o preço praticado numa determinada compra é compatível com o preço de referência registrado e promover uma auditoria, caso haja “algum descompasso nessas compras”.

O Centro de Integração da Fiscalização e de Gestão da Informação Estratégica – Suricato, que posiciona o TCE de Minas como o primeiro tribunal de contas brasileiro a trabalhar com a construção de malha eletrônica a partir desse cruzamento de dados e informações, inclusive provenientes de outros órgãos, foi especialmente destacado pelo Presidente na entrevista. Com o Suricato, “identificamos cerca de 500 compras públicas, das quais 14% são compras de medicamentos”, ressaltou, acrescentando que o sistema permite verificar se os preços praticados obedeceram à legislação ou não.

O tema das parcerias público-privadas também foi abordado na entrevista. O Presidente advertiu que, embora o TCEMG considere as PPPs ferramentas importantes para o desenvolvimento de Minas e dos municípios, o grande receio é causar um possível endividamento para gerações futuras, uma vez que o prazo de concessão é longo. “Um determinado contrato para construção de obra pública pode durar 35 anos, por exemplo”, esclarece. No final da entrevista, o Conselheiro também declarou que “o modelo licitatório tem que ser aprimorado”, e que a Lei 8666, conhecida como Lei das Licitações é de 1993 e precisa de um tratamento mais moderno.

Extrapauta

TCEMG participa de reunião técnica da Asul no Rio de Janeiro

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) e do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselheiro Sebastião Helvecio, participou, no dia 18 de junho, na sede do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCM-RJ), de um debate promovido pela Associação de Organismos Oficiais de Controle Público do Mercosul (Asul) - Asul em espanhol. Representantes de Tribunais de Contas de todo o Brasil debateram o impacto e as implicações da Lei Anticorrupção (Lei 12.846/13) na relação entre os órgãos públicos e as empresas privadas.

A Asul é uma entidade civil sem fins lucrativos, criada em 1996, e todo ano realiza quatro reuniões, sendo duas no Brasil e duas na Argentina, alternadamente. Um dos principais objetivos da associação é reduzir as assimetrias de procedimentos e de normas de auditoria visando à padronização das ações dos órgãos de controle externo do Mercosul.

Também participaram da mesa de abertura do evento o presidente da Asul e Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado



O Presidente Sebastião Helvecio reuniu-se com representantes de todos os TCs do Brasil

do Rio Grande do Sul (TCE-RS), Marco Peixoto, o presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), Valdecir Pascoal, e o vice-presidente do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, Conselheiro Nestor Rocha.

Nova Contabilidade Pública é tema de fórum em Belo Horizonte

O diretor da Secretaria Geral da Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), Luís Emílio Pinheiro, representou o Presidente do TCEMG, Conselheiro Sebastião Helvecio, na abertura do V Fórum Mineiro de Contabilidade Pública Municipal que aconteceu no dia 24 de



O Diretor da Secretaria Geral da Presidência do TCEMG, Luís Emílio Pinheiro representou o TCEMG

junho. O fórum, promovido pela Associação Mineira de Municípios (AMM), teve como principal objetivo auxiliar na formação do contador municipal.

Luís Emílio destacou a importância do assunto e lembrou que o TCEMG vem promovendo debates sobre assunto para capacitar os gestores públicos. "O Tribunal de Contas sabe dos desafios da implantação da nova contabilidade pública e o Fórum de Contabilidade vem ao encontro das capacitações que o TCE vem promovendo para que esse tema seja cada vez mais consolidado e exitoso no âmbito da administração pública", lembrou.

Além do diretor da Secretaria-Geral da Presidência do TCEMG, compuseram a mesa de honra do evento o presidente da AMM, prefeito de Pará de Minas Antônio Júlio de Faria, o conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRCMG), Rogério de Souza Girardelli, o secretário de finanças da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH), Marcelo Piancastelli, e a assessora contábil da AMM, Ana Alice de Carvalho.

Servidores acompanham audiência sobre as contas da PBH

Os servidores da Coordenadoria de Fiscalização e Avaliação da Macrogestão Governamental de Belo Horizonte (CFAMG-BH) acompanharam, no dia 27 de maio, a apresentação da prestação de contas do primeiro quadrimestre de 2015 da Prefeitura de Belo Horizonte. A exposição foi realizada durante uma audiência pública promovida pela Comissão de Orçamento e Finanças Públicas da Câmara Municipal.

A superintendente de controle externo do TCEMG, Cláudia Costa, comentou a presença da coordenadoria na reunião. Para ela, "o exercício da macrogestão, uma das mais importantes competências da CFAMG-BH, impõe novas práticas de trabalho, que estão

sendo assimiladas pela unidade técnica, destacando-se, nesse rol, uma interlocução permanente com o jurisdicionado e a sociedade".

Durante a reunião, representantes da sociedade civil e servidores públicos municipais cobraram da prefeitura maior eficácia na execução do orçamento previsto para 2015. O cumprimento das ações e subações estabelecidas pela Lei do Orçamento Anual (LOA) 2015 e pelo Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2014-2017, revisadas e aprovadas em dezembro do ano passado, também foi reivindicado. Ainda foi destacada a aplicação deficitária dos recursos públicos em áreas como educação, mobilidade e sustentabilidade.

Conselheiro Wanderley Ávila recebe medalha da Defensoria Pública

O Conselheiro do TCEMG Wanderley Ávila recebeu, no dia 26/6, a Medalha do Mérito da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) oferecida a autoridades civis e militares, pessoas da sociedade civil e pessoas jurídicas que tenham contribuído de maneira excepcional para o engrandecimento da defensoria pública ou atuado efetivamente na causa dos necessitados.

A defensora pública-geral do Estado de Minas Gerais para o biênio 2014-2016, Christiane Neves Procópio Malard, aproveitou a homenagem feita ao Conselheiro para mencionar também a valiosa contribuição que o irmão de Wanderley Ávila, Desembargador Alvimar de Ávila, falecido em abril deste ano, deixou para a Defensoria Pública do Estado. Ela ressaltou, ainda, a importância do Tribunal de Contas mineiro na "transparência e espírito republicano no julgamento das contas públicas".

O Governador do Estado, Fernando Pimentel, condecorado com o Grande Colar do Mérito, foi o orador oficial da cerimônia.



Estavam também presentes na cerimônia: o vice-governador do Estado, Antônio Andrade; o presidente da Câmara de Vereadores de Belo Horizonte, Wellington Magalhães e o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Adalclever Lopes.

Procurador-Geral do MP de Contas é agraciado com a medalha Alferes Tiradentes



O Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas de Minas Gerais, Daniel de Carvalho Guimarães, foi agraciado no dia 09/6 com a Medalha Alferes Tiradentes. De acordo com a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), esta é a mais alta comenda conferida às autoridades civis e militares que prestam relevantes serviços à corporação. O Procurador-Geral do MPC recebeu a medalha das mãos do Governador do Estado de Minas Gerais, Fernando Damata Pimentel, e do Comandante-Geral da Polícia Militar, Coronel Marco Antônio Badaró Bianchini.

Conselheira apresenta resultados da Conferência Internacional do Trabalho

Um resumo sobre a sua participação na 104ª Conferência Internacional do Trabalho foi elaborado e apresentado pela Conselheira Adriene Andrade na sessão do Pleno do dia 17/6. Na obra, ela reuniu informações de debates sobre pequenas e médias empresas e trabalho. “Participei das convenções das pequenas e médias empresas e foram discussões muito ricas. Então fiz esse resumo, que é propriamente um resumo do que aconteceu lá”, frisou. De acordo com a Conselheira, o Tribunal de Contas mineiro foi o primeiro a participar da conferência.



A Conselheira Adriene Andrade distribuiu um exemplar do resumo (pilha de relatórios ao seu lado direito) para os conselheiros na sessão do Pleno

“Fiquei tão orgulhosa que pedi para fazer outro crachá em que aparecesse a sigla TCEMG bem visível”, comemorou.

A transição da economia informal para a formal no mundo do trabalho encabeça a lista dos assuntos tratados no resumo.

O Conselheiro Presidente Sebastião Helvecio a parabenizou pelo pioneirismo e lembrou que o trabalho da Conselheira vai contribuir para os tribunais de contas na questão da valorização do trabalho e, também, em relação às pequenas e médias empresas.

Sobre a Conferência

A Conselheira Adriene Andrade (TCEMG) participou, de 1º a 13 de junho, em Genebra, na Suíça, da 104ª Conferência Internacional do Trabalho, evento realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A Conferência é o órgão supremo de decisão da OIT. Reúne-se a cada ano, sempre no mês de junho, em Genebra, e congrega as delegações tripartites dos 185 países-membros. O Brasil integra também o Conselho de Administração da OIT, que conta com representantes das dez maiores economias do planeta. No evento, o Brasil conta com uma delegação tripartite formada por representantes do setor público, de empregadores e dos trabalhadores.

Presidente e Ouvidor são condecorados com o Troféu Tancredo Neves

O Conselheiro Presidente Sebastião Helvecio e o Conselheiro Ouvidor José Alves Viana receberam, na noite de ontem (22/06/2015), o Troféu Tancredo Neves, em evento realizado no auditório Vivaldi Moreira, no TCEMG. O troféu, em sua 28ª edição, é uma promoção do Conselho Editorial do jornal *Edição do Brasil*, publicação mineira com 33 anos de existência.

Segundo o editor responsável pelo *Edição do Brasil*, jornalista Eujácio Antônio Silva, o troféu “tem a finalidade de homenagear personalidades que se destacaram em suas respectivas atividades na sociedade mineira”. Além dos conselheiros do Tribunal também foram agraciados, entre outras personalidades da política e do meio empresarial: Adaclever Lopes – presidente da Assembleia Legislativa; Antônio Júlio – presidente da Associação Mineira de Municípios; o ex-Governador de Minas Gerais Alberto Pinto Coelho; e o Coronel Helbert Figueiró – chefe de gabinete Militar do Governador.

A partir da esquerda: o Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, Altamir Rôso; o Vice-Governador do Estado de Minas Gerais, Antônio Andrade; o Editor responsável pelo *Edição do Brasil*, Jornalista Eujácio Antônio Silva; o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Adaclever Lopes e o Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Sebastião Helvecio



CRTCE 
CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM O TCE

Você informado com qualidade e agilidade.

 **Canais de Atendimento**

Portal CRTCE: www.tce.mg.gov.br/falecomotce

Telefone: (31) 3348-2111

Av. Raja Gabaglia 1.315 – Luxemburgo – Belo Horizonte

Minas Gerais/CEP: 30380-435

 **TCEMG**
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Órgão de Controle, Transparência e Cidadania

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Raja Gabaglia, 1.315 - Luxemburgo - Belo Horizonte - MG

CEP: 30380-435 - TEL.: (31) 3348-2111



www.tce.mg.gov.br